

Carta de reivindicações direcionada aos candidatos à prefeitura de São Carlos em 2016

Diante da atual conjuntura política, da revisão do Plano Municipal de Educação (PME) de São Carlos em 2015 e das eleições municipais de 2016, a Frente de Educação Popular de São Carlos reitera a necessidade de se rediscutir as propostas políticas voltadas à educação apresentadas pelos candidatos à Prefeitura de nosso município.

A Frente de Educação Popular se organizou a convite do Fórum Comunitário de Resíduos de São Carlos e reúne associações e coletivos da sociedade civil, núcleos de pesquisa e extensão da USP e da UFSCar, cursinhos populares da cidade e professoras e professores da rede básica de ensino público atuantes na cidade. Guiados pelos princípios da Educação Popular, percebemos a necessidade de pautar a Educação Municipal também sob essa ótica, uma vez que ela nos traz a perspectiva de construção da educação a partir das vivências e especificidades da realidade vivida pelos educandos e educandas, de forma dialógica, potencializando sua autonomia e prática da cidadania.

Nossas reflexões se voltaram, principalmente, para a aprovação do Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 em nossa cidade e para o Projeto de Lei que propõe o “Programa Escola Sem Partido”. Entendemos esses dois processos como ameaças ao frágil sistema educacional brasileiro, uma vez que buscam negligenciar questões de diversidade de gênero e sexualidade, desigualdade, machismo, LGBTfobia, e de combate ao racismo e de inclusão e acessibilidade tão presentes no espaço escolar e na nossa sociedade.

Afirmamos a necessidade de reestruturação do Plano Municipal de Educação de forma inclusiva e que valorize as diferenças inerentes às dinâmicas sociais e não que as veja como problemas passíveis de serem silenciados. O atual plano, aprovado em 19 de junho de 2015, contraria as deliberações do Conselho Municipal de Educação da Cidade de São Carlos e retira do texto a meta 21, diretamente relacionada a uma questão central: o reconhecimento e respeito à diversidade sexual e de gênero. Apesar de outra meta do texto, que também se refere às questões de diversidade sexual e de gênero, não ter sido retirada, a entendemos como insuficiente diante do debate complexo colocado. Ressaltamos, também, a ameaça representada pelo “Programa Escola Sem Partido” (PLS 193/2016) proposto pelo senador Magno Malta, que afeta diretamente o compromisso com a democracia nas escolas e o debate livre de ideias.

As pautas relacionadas às opressões estruturais da sociedade brasileira devem ser debatidas nas escolas, assim como devem ser fomentados e mantidos espaços inclusivos para discussões críticas. A educação municipal deve ser construída com quem participa efetivamente da relação educador/educando. Nesse sentido, reiteramos a necessidade do Plano Municipal de Educação ser rediscutido, levando em consideração as premissas da Educação Popular e o compromisso direto com o exercício da democracia e da liberdade para exposição e debate de ideias.

A partir disso, alguns questionamentos foram centrais para a construção de nossas reivindicações:

- Os estudantes da rede estadual e municipal da cidade de São Carlos têm suas reivindicações atendidas de maneira acolhedora e inclusiva?
- Como são construídos os espaços democráticos na escola?

- Em quantas escolas as entidades de representação estudantil como grêmios são tratadas com respeito e tem a autonomia que merece e poder de influenciar as dinâmicas escolares?
- Quão democrático é o processo de seleção (indicação) de coordenadores e diretores nas escolas?
- Quantas vezes na escola, são tratadas questões relacionadas às vivências dos educandos em relação às opressões que vivenciam na sociedade (machismo, racismo, LGBTfobia, classismo)?
- em que medida nossos professores são formados com vistas a não consolidar situações discriminatórias no espaço escolar?

Solicitamos, portanto, o compromisso com a discussão dessas pautas fundamentais para a nossa sociedade, que valorizem a diversidade, a inclusão e os direitos humanos, e apresentamos nossas reivindicações:

Aspectos Sócio-Políticos

1. Repensar a educação no município segundo a ótica da educação popular;
2. Apoio político à revisão do Plano Municipal de Educação de São Carlos para que seu texto inclua o debate de questões de opressão e inclusão social;
3. Garantia de espaços de livre debate sobre opressão e inclusão social aos educandos e educandas;
4. Promoção de uma educação para a autonomia e garantia do acesso à educação de qualidade para todas e todos são-carlenses;
5. Construção de diálogo com a comunidade e a universidade, visando uma educação transdisciplinar que valorize o conhecimento prático, com acesso à arte e à cultura;
6. Compromisso com a discussão nas escolas sobre as pautas relacionadas às questões de diversidade gênero, sexualidade, questão étnico-racial, inclusão social para pessoas com necessidades educacionais especiais;
7. Fomentar a construção e manutenção de mecanismos de democracia dentro das unidades escolares de forma a incluir participativamente todos os educandos e educadores;
8. Respeitar e reconhecer a autonomia de representações estudantis dentro das unidades escolares;
9. Compromisso com a formação continuada de educadores e educadoras da rede municipal de ensino;

10. Proporcionar formação de educadores e educadoras da rede municipal de ensino para a diversidade;
11. Fomentar debates em relação à drogas, seus riscos e impactos na realidade social;
12. Garantia do cumprimento do projeto de lei nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio; e
13. Promoção do debate e medidas práticas que garantam a inclusão dos sujeitos transsexuais como o uso do nome social tanto entre os educandos, quanto entre professores e funcionários e o uso do banheiro que esses indivíduos desejarem usar.

Aspectos Estruturais

14. Garantia de transporte com segurança a todos os estudantes, principalmente para os que estudam no período da noite e nos que estudam na área rural;
15. Instituição de um programa municipal para fomento e apoio a iniciativas de educação ambiental;
16. Promoção de ampla discussão para que os sistemas Municipal e Estadual de Educação reconheçam e atendam as especificidades dos sujeitos Jovens e Adultos e se comprometam a propor modelos flexíveis na oferta, considerando tempos e espaços diferenciados, de modo a garantir acesso, permanência e continuidade desta modalidade, além de viabilizar a construção de propostas curriculares que incluam o resgate da experiência do/a educando/a como parte do processo de aprendizagem, dando autonomia para que se defina propostas específicas e adequadas aos contextos em que vivem.
17. Garantia de valorização do trabalho do profissional da educação;
18. Fomento à participação da população no Conselho Municipal de Educação;
19. Valorização e garantia de uma alimentação adequada e de qualidade nas escolas da cidade;
20. Garantia de acessibilidade nas escolas, além de preparação dos profissionais da educação para atender a crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, além de repensar a utilização dos espaços da escola levando em conta o interesse dos educandos.
21. Garantia de ampliação de vagas e estruturas nas creches as crianças, garantindo plenamente este direito às mães, pais e seus filhos.

São proponentes deste documento:
Frente de Educação Popular
Rede Emancipa de Educação Popular
Veracidade
NAPRA
Transforma
Cursinho Pré-Vestibular da UFSCar
Fórum Estadual Paulista de Educação de Jovens e Adultos
GEISA

Diante do exposto nesta carta de reivindicações, eu, _____, me comprometo a dialogar com a sociedade a fim de viabilizar o cumprimento das demandas neste documento apresentadas.

Assinatura do Candidato